

Um estudo sobre a oferta e inscrições na EJA EPT: uma análise no RS

A study about supply and entries in YAE PTE: an analysis in RS

Un estudio sobre la oferta y los registros en EJA EPT: un análisis en RS

Rosimara Carginin¹

Fabiana Ilha Raimundo²

Mariglei Severo Maraschin³

Francisco Nilton Gomes de Oliveira⁴

RECEBIDO EM 20/06/2022

ACEITO EM 16/08/2022

RESUMO

A oferta de cursos para públicos específicos faz-se necessária para que seja garantido o direito a uma vida mais justa por meio da qualificação. Nesse sentido, este estudo aborda o programa da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA EPT) no tocante ao número de vagas ofertadas e o respectivo número de inscritos nos cursos disponíveis. O estudo abrange os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Farroupilha (IFFar), Rio Grande do Sul (IFRS) e o Sul-rio-grandense (IFSul). O período da pesquisa se deu entre os anos de 2017 a 2020. Como objetivos, buscou-se considerar o número de vagas ofertadas por ano e também verificar

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-sensu em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil.
rosimara.carginin@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-3626-5046>

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-sensu em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil.
fab_contab@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-6992-5250>

3 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação Stricto-sensu em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil.
marigleism@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-9705-1896>

4 Professor Doutor Associado I na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
nilton@medicina.ufrj.br – <https://orcid.org/0000-0002-2293-2111>

quais eixos tecnológicos e cursos obtiveram o maior número de inscrições. Para a produção de dados, foi utilizada a Plataforma Nilo Peçanha (PNP). A metodologia desenvolvida permeou os dados disponíveis na PNP, o que permitiu a organização de compreensões sobre a oferta da EJA EPT no Rio Grande do Sul. Entre as conclusões, destacam-se o maior percentual de vagas ofertadas por ano dentre os 3 institutos, bem como os eixos tecnológicos com maior representação dentre as vagas ofertadas, de 2017 a 2020.

PALAVRAS-CHAVE: educação de jovens e adultos; educação profissional e tecnológica; oferta de vagas.

ABSTRACT

Providing people with qualification courses is important because it can improve their quality of life. So, this study aims to analyze the "Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA EPT)", a Brazilian public program of education for adults and young adults, focusing specifically on its opportunities (vacancies vs. enrollment). The research was conducted between 2017 and 2020, comprising data from three Brazilian educational institutions: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS); and Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Its main purpose was to identify how many vacancies per course and per course category were available in each year, as well as the number of enrolled students. The data were extracted from the "Plataforma Nilo Peçanha (PNP)" and scrutinized over the adopted methodology, allowing one to achieve a diagnosis about EJA EPT in Rio Grande do Sul, Brazil. The study revealed that the number of EJA EPT vacancies of the three institutions increased from 2017 to 2020. It also discerned the courses with higher shares of vacancies, in the same period

KEYWORDS: adults and young adults education; professional and technological education; vacancy offer.

RESUMEN

La oferta de cursos para públicos específicos es necesaria para que sea garantizado el derecho a una vida más justa a través de la calificación. En este sentido, este estudio aborda el programa de Educación de Jóvenes y Adultos integrado a la Educación Profesional y Tecnológica (EJA EPT) por lo que se refiere al número de vacantes ofertadas y el respectivo número de registros en los cursos disponibles.

El estudio abarca los siguientes Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología: Farroupilha (IFFar), Rio Grande do Sul (IFRS) y el Sul-rio-grandense (IFSul). El periodo de la investigación se pasó entre los años de 2017 a 2020. Como objetivos se consideró el número de vacantes ofertadas por año y también cuales ejes tecnológicos y cursos obtuvieron el mayor número de registros. Para la producción de información, se usó la Plataforma Nilo Peçanha (PNP). La metodología desarrollada utilizó las informaciones disponibles en la PNP, permitiendo la organización de comprensiones sobre la oferta de la EJA EPT en Rio Grande do Sul. Entre las conclusiones, se destaca el mayor porcentaje de vacantes ofertadas por año entre los 3 institutos, así como los ejes tecnológicos con mayor representación entre las vacantes ofertadas, de 2017 a 2020.

PALABRAS CLAVE: educación de Jóvenes y adultos; educación profesional y tecnológica; oferta de vacantes.

1 Introdução

A educação é um poderoso instrumento social que permite desenvolver e transformar várias pessoas além de ultrapassar os limites do indivíduo que se predispõe a utilizar-se dela para si pois sem perceber, aquele que se envolve nesse processo acaba por modificar também sua cadeia de relacionamentos. Com o conhecimento estabelecido e o constante aprendizado, é possível verificar que aquele que se desafia a frequentar um curso, leva para casa muito mais do que os ensinamentos propostos nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), leva consigo uma infinidade de saberes conscientes e tantos outros inconscientes, demandados pela vivência do com(partilhar) dos colegas e de todos os profissionais da educação, sejam docentes ou não. Ao se pensar em algumas contribuições que a educação pode trazer para os sujeitos trabalhadores-estudantes, acreditando ser ela um agente transformador e, em especial neste estudo relacionado com os estudantes, abordou-se a temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, busca-se olhar para a EJA e também ao que Maraschin (2015, p. 28) enseja:

[...] ao contemplar o PROEJA, acredita-se em uma educação integrada e plena, contrária a todo aligeiramento e formação profissional descomprometida com a classe trabalhadora e com o processo de exclusão do mundo do trabalho.

Dessa forma, objetivou-se analisar o número de vagas ofertadas por ano (dados quantitativos) e também verificar quais eixos tecnológicos e cursos obtiveram mais inscrições (dados qualitativos). Essa busca tem a finalidade de colaborar em prol de reflexões e ações que fortaleçam a luta marcada pelo processo histórico de exclusão de jovens e adultos do acesso à educação na idade própria.

Para atender essa problematização e alcançar os objetivos estabelecidos, foi criado o delineamento desta escrita para a apresentação do presente estudo, que se divide em cinco seções, sendo a primeira esta denominada Introdução. A segunda apresenta os caminhos percorridos na construção desse estudo, intitulada Metodologia; a terceira aborda uma conversa com autores acerca das principais temáticas presentes no estudo, é denominada Referencial Teórico, e se subdivide em três partes, quais sejam: uma reflexão acerca de EJA enquanto política pública, além de apresentar elementos da sua historicidade e será denominada de *O Papel da EJA como Política Pública*; A seguinte utiliza-se da análise do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) com o título de *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos como referencial para a oferta de cursos* e tem o objetivo de analisar as questões pertinentes à composição deste catálogo que dá suporte para o planejamento e oferta de cursos técnicos. A terceira subseção intitula-se *Das instituições pesquisadas à Plataforma Nilo Peçanha* e aborda o histórico da origem dos dados por meio das instituições pesquisadas remetendo à viabilização deste estudo pela PNP, pois ali se encontram disponibilizados os índices para que as análises sejam construídas. Já a quarta seção, *Resultados e Discussões*, utilizar-se-á das duas

plataformas e será composta pela produção e o entrecruzamento de dados, os quais serão apresentados em forma de tabelas, quadros e textos explicativos. Por fim, a quinta e última seção, denominada *Considerações Finais*.

2 Metodologia

Almejando alcançar os objetivos propostos foi delimitado o período que compreende os anos de 2017 a 2020, pois são as bases de dados que estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Como ambiente de estudo, os já citados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que ofertam cursos EJA EPT no Rio Grande do Sul (RS): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

O instrumento utilizado para a produção de dados foi a PNP, ambiente que coleta, valida e dissemina as estatísticas da Rede Federal. A metodologia desenvolvida permeou os dados disponíveis nessa plataforma que permitiu a organização de compreensões sobre a oferta da EJA EPT no Rio Grande do Sul. Como método, foi utilizada a Revisão Sistemática que, de acordo com Sampaio e Mancini (2007), tem seu foco selecionado em critérios específicos direcionado ao corpus, ou seja, a base de dados. A revisão sistemática deve ser plausível de ser replicável e avaliada em si mesma, além de possuir uma problemática de fácil compreensão, a definição de uma estratégia de busca de dados através de métodos explícitos e sistematizados e critérios de exclusão e inclusão pré-definidos. Ao viabilizarem um resumo sobre os estudos realizados, a revisão sistemática nos permite incorporar um maior resultado dos vários aspectos relevantes. Vale salientar que a revisão sistemática parte de uma fonte primária, e, dessa forma, depende da confiabilidade desta fonte.

Para conceituar a revisão sistemática, recorreu-se, mais uma vez, a Sampaio e Mancini (2007) que lecionam que a análise sistemática é uma metodologia que utiliza métodos de busca explícitos (uma pergunta clara) e sistematizados, além de avaliar criteriosamente a qualidade, a validade e a aplicabilidade no contexto. Para validação, orienta-se o registro dos procedimentos que possibilite que a análise sistemática seja conferida e reproduzida por outros pesquisadores, tornando-a, dessa forma, uma metodologia consistente. Enquanto problematização para esse estudo, buscou-se responder ao seguinte questionamento: qual é o número de vagas ofertadas para a Educação de Jovens e Adultos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do estado do RS por ano e quais eixos tecnológicos e cursos obtiveram mais inscrições? Partindo da pergunta científica, definida a base de dados, delimitaram-se as estratégias de busca, ao mesmo tempo em que os critérios para a condução da busca foram estabelecidos. Após a conclusão dessas etapas, foi realizada a revisão sistemática que se concentrou em analisar os dados obtidos.

3 Referencial Teórico

Para endossar os caminhos percorridos neste estudo, buscou-se apoio em autores renomados e realizar ligações significativas com plataformas públicas. Nesse sentido, essa trajetória é apresentada nessa unidade e aponta relevantes reflexões.

3.1 O papel do EJA como Política Pública

A educação pode ser o agente transformador na vida dos sujeitos envolvidos, na superação do modelo hegemônico da sociedade de classes para que deixem de existir opressores e oprimidos. As lutas demarcam esse cenário

onde se rouba dos jovens o direito à escolarização em idade própria. Nesse aspecto, Maraschin e Ferreira (2020, p.13), evidenciam que

Cabe dar continuidade a esses movimentos em prol da educação e trabalho de jovens e adultos, tendo em vista ser uma luta histórica, associada aos movimentos de trabalhadores, em um país onde as desigualdades sociais são cada vez mais evidentes.

Ademais, a oferta de cursos para públicos específicos faz-se necessária para que seja garantido o direito a uma vida mais justa por meio da qualificação. Buscando justamente atender a necessidade da oferta desta modalidade de ensino e tendo certeza da importância da mesma no contexto nacional, Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 traz, em sua Meta 10, “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014). Levando em consideração que a vigência do PNE é de 10 anos, tendo início em 2014 e prazo final o ano de 2024, para que se cumpram as metas neste estabelecidas, Andrighetto, Maraschin e Ferreira, refletindo sobre a possibilidade do cumprimento da Meta 10 e se baseando em dados do Observatório do PNE constatam que “a Meta 10 está muito aquém do esperado e, dificilmente, será alcançada até a data de vigência do Plano” (2021, p. 2189). Esses mesmos autores (2021) também destacam que essa informação se baseia nos números percentuais apresentados no estudo que aponta que “alcançou-se apenas 0,5% das matrículas de EJA no Ensino Fundamental e 3% no Ensino Médio, integrados à EP” (2021, p. 2190).

A implementação de uma política pública de educação para aquela população que vive do trabalho, fomenta sua formação profissional tornando-se relevante para esses cidadãos. Nesse sentido, atender a esse público é também uma forma de preencher lacunas presentes devido à exclusão escolar da população de jovens e adultos do sistema de ensino regular, tão recorrente no sistema educacional brasileiro.

Assim, essa é uma das principais contribuições que a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA EPT) da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) traz para a sociedade. Sobre isso, Maraschin (2019, p. 69) explica que

Da mesma forma, por meio do PROEJA, busca-se a criação de itinerários formativos e uma maneira de atrair os jovens e adultos para a escola. Nesse sentido, a instalação dos Institutos Federais de Educação e a crescente criação de câmpus em todo o Brasil demonstram a possibilidade de as pessoas, independentemente da idade, construir itinerários formativos e oportunidades de formação profissional.

A EJA EPT teve como marco legal de implantação, o Dec. nº 5.478 de 24 de junho de 2005, que criou o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O referido Decreto, porém, atendia apenas a educação de nível médio, excluindo uma gama enorme da população demandante dessa política. Como forma de corrigir essa dimensão, em 13 de julho de 2006 o referido Programa foi ampliado através do Dec. nº 5.840/06, passando então a atender, além da EPT integrada ao Ensino Médio (EM), também a EPT na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) integrada e concomitante ao Ensino Fundamental (EF). O Dec. 5.840/2006, denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos, também ampliou a possibilidade de oferta do PROEJA. O Programa que poderia ser ofertado apenas pela RFEPT passou a ter, a partir de 2006, a possibilidade de também ser ofertado pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, o que ocasionou uma significativa ampliação.

A partir de 2008, deu-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT), pela Lei nº 11.982, de 29 de dezembro de 2008, resultando em relevante ampliação da RFEPT, quando o PROEJA passou a ser ofertado também por essas instituições de ensino.

Em 2018, a nomenclatura do PROEJA foi alterada para EJA EPT, conforme uma convenção realizada no 1º Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos da Rede Federal, que se realizou de 21 a 23 de maio de 2018, no Instituto Federal de Goiás. A mudança da nomenclatura foi realizada por se acreditar que essa modalidade se caracteriza como política pública e não como programa de governo. Optamos dessa forma em utilizar a nomenclatura EJA EPT neste estudo quando nos referirmos aos dados do Programa Nacional de Integração da EP com a EB na modalidade de EJA, o PROEJA.

Maraschin (2015, p. 99), no entanto, traz um alerta quando coloca a EJA como política pública sim, mas uma política presente a partir de muitas lutas e que necessita ser reafirmada diuturnamente para que possa permanecer enquanto direito dos jovens e adultos excluídos do sistema de ensino na idade própria:

Entretanto, por mais que se observe que os documentos oficiais apresentam a EJA como um grande compromisso político e como política pública ao olhar para a modalidade são vários pontos que se entrecruzam e é da classe trabalhadora que está se falando e, por consequência a realidade é de exclusão e de muitos desafios.

Nessa direção, a formação ofertada agrega educação e trabalho, componentes indissociáveis para um público tão cheio de especificidades, como é o público da EJA EPT. Esse aspecto é abordado por Manfredi (2016, p.300), que assevera com propriedade:

Constitui uma inovação histórica nas políticas de EJA, pois contribui para ampliar uma concepção de educação tradicionalmente restrita à alfabetização e à oferta de ensino fundamental, desvinculada da dimensão do trabalho e das profissões.

Essa dimensão citada por Manfredi implica relacionar o quão significativa e modificadora a política da EJA é para esses brasileiros. Sem ela, como será rompido o processo de desigualdade e exclusão social que permeia a vida desses indivíduos? A EJA EPT foi construída e tem sido mantida

tanto por aqueles que estão à frente dos alunos e também por aqueles que procuram qualificar-se e mais que isso, buscam modificar sua trajetória histórica marcada pela falta de capacitação profissional, pelo subemprego e também pela pobreza.

A relação desses qualificadores sociais afeta gerações e sem a existência dessas políticas, novas gerações permanecem à mercê de direitos. Sobre essa questão e a formação de novas gerações, Ribeiro (2016, p.167) enfatiza:

A dinâmica social brasileira, com acentuada desigualdade social e um grande contingente da população em situação de pobreza, coloca em evidência as condições de existência de crianças, adolescentes e jovens e afeta a formação de novas gerações. Ao examinarmos quando e como um adolescente ingressa no mercado de trabalho, ou deixa de estudar, derrapamos com as fissuras de classe presentes na nossa sociedade.

A interrupção no processo formativo de qualquer cidadão possui características diversas e implica uma dificuldade presente e futura de relacionar-se. Essa relação abrange uma infinidade de espaços como por exemplo o meio social, familiar, profissional e cultural. A abordagem intelectual conquistada pelo acesso à educação permeia espaços e modifica condutas daquele indivíduo que se torna capaz de responder, apreender, empreender e, inclusive, ensinar aqueles que estão próximos do seu círculo de convivência.

Um conjunto de esforços, configurado por lutas fortaleceu a política da EJA EPT no âmbito dos IFECT nos anos de 2005 e 2006. Porém, essa política precisa ser constantemente observada para que permaneça consolidado o direito à educação integral. Como forma de acompanhar alguns aspectos da política de integração curricular da EB com a EPT na modalidade de EJA, informações foram buscadas em importantes plataformas de domínio público, dentre elas o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), o qual será apresentado na próxima seção.

3.2 Catálogo Nacional de Cursos Técnicos como referencial para a oferta de cursos

Com relação à oferta de cursos técnicos, esses devem estar em consonância com o CNCT, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. A partir dessa resolução, as instituições de ensino técnico-profissional, sejam elas públicas (federais, estaduais, municipais) ou privadas devem seguir as denominações presentes no Catálogo para ofertar cursos técnicos, as mesmas teriam até dois anos para organizar suas ofertas e atualizar os PPCs de acordo com a nova edição do CNCT:

que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral. (BRASIL, 2020).

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), atualiza o conteúdo do CNCT periodicamente para contemplar novas demandas socioeducacionais.

O próprio Catálogo informa que ao todo, o documento apresenta 215 cursos e está organizado em treze eixos tecnológicos. No documento consta que os eixos tecnológicos:

podem ser compreendidos como conjuntos organizados e sistematizados de conhecimentos, competências e habilidades de diferentes ordens (científicos, jurídicos, políticos, sociais, econômicos, organizacionais, culturais, éticos, estéticos etc.). (BRASIL, 2020).

Cada um desses eixos é composto por vários cursos e contém importantes informações como carga horária, perfil do profissional que conclui tal curso, infraestrutura mínima exigida para a instituição ofertar o curso, campo de atuação profissional, normas de exercício e possibilidades de certificação intermediária em qualificações profissionais e verticalização conforme o curso.

O CNCT, aprovado no ano de 2020, apresenta algumas modificações em relação à versão anterior do mesmo documento. Para deixar mais clara as alterações, ele então apresenta algumas tabelas onde traz algumas informações. Uma delas, denominada Tabela de Convergência, apresenta as alterações na nomenclatura dos cursos e é composta por nomes de cursos que não são mais usados ou foram trocados. Outra tabela, chamada de Tabela de Submissão, apresenta os cursos que não foram sugeridos, analisados e tiveram sua aprovação rejeitada no novo CNCT e por isso não fazem parte do mesmo.

O documento publicado em 2020 também traz atualizações relativas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro, porém, mesmo com a publicação e atualização do CNCT, é importante destacar que não existe um filtro disponível para que seja possível realizar uma busca pela oferta de cursos para EJA EPT.

Ressalta-se, ainda, que o CNCT possui quatro edições, sendo que a última é do ano de 2020 e possui 215 cursos. A primeira edição do ano de 2008 trazia 185 cursos e 21 pertenciam ao eixo militar; a versão de 2012 apontava 220 cursos e a terceira edição, publicada em 2014, catalogava 227 cursos.

3.3 Das instituições pesquisadas à Plataforma Nilo Peçanha

Com o intuito de situar o leitor, serão apresentadas algumas informações sobre as instituições públicas federais de ensino que fazem parte deste estudo. Essa busca foi realizada nos sites institucionais que detêm informações e dados históricos das Instituições e se salienta que as três instituições de ensino foram criadas no ano de 2008 por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Dessa forma, inicia-se a apresentação das instituições de ensino pelo IFFar. A instituição, de acordo com informações contidas em seu site oficial foi criada:

por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves” (informações retiradas do site). Atualmente, a instituição conta com as seguintes unidades administrativas: Reitoria (Santa Maria); *Campus* Alegrete; *Campus* Frederico Westphalen; *Campus* Jaguari; *Campus* Júlio de Castilhos; *Campus* Panambi; *Campus* Santa Rosa; *Campus* Santo Ângelo; *Campus* Santo Augusto; *Campus* São Borja; *Campus* São Vicente do Sul e o *Campus* Avançado Uruguaiana. Também conta com polos de educação a distância e centros de referência. (IFFar).

A segunda instituição a ser apresentada é o IFRS, que segundo informações do site:

se estruturou a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após, incorporaram-se ao instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os *campi* de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Essas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de *campi*. Atualmente o Instituto possui 17 *campi*: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves”. (IFRS).

Já a terceira instituição abordada neste estudo, o IFSul, tem seu histórico contado da seguinte forma: foi criado a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, que é uma instituição com uma longa história na educação, especialmente na EPT. Atualmente possui a seguinte constituição de organizações administrativas, além da reitoria com sede na cidade de

Pelotas, apresentadas conforme o ano de criação: é formado por 14 campi: campus Pelotas – Visconde da Graça (1923), campus Pelotas (1943), campus Sapucaia do Sul (1996), campus Charqueadas (2006), campus Passo Fundo (2007), campus Camaquã (2010), campus Venâncio Aires (2010), campus Bagé (2010), campus Santana do Livramento (2010), campus Sapiranga (2013), campus avançado Jaguarão (2014), campus Gravataí (2014), campus Lajeado (2014) e campus avançado Novo Hamburgo (2014).

Com relação à PNP, plataforma onde são localizados os dados estudados, identificou-se que ela foi criada em 03 de janeiro de 2018 por meio da Portaria 01 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) em razão da necessidade de aprimorar os indicadores de gestão da RFEPT. Em seu artigo 2º, a Portaria discorre que a referida plataforma reunirá dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Essa plataforma torna-se, então, a principal fonte de informações sobre a EPT no âmbito da RFEPT. A Plataforma é atualizada anualmente pelo MEC de acordo com os registros acadêmicos, orçamentários e de pessoal relativos ao exercício anterior. Visto que foi criada no ano de 2018 como anteriormente já informado, a Plataforma não apresenta dados anteriores ao ano de 2017.

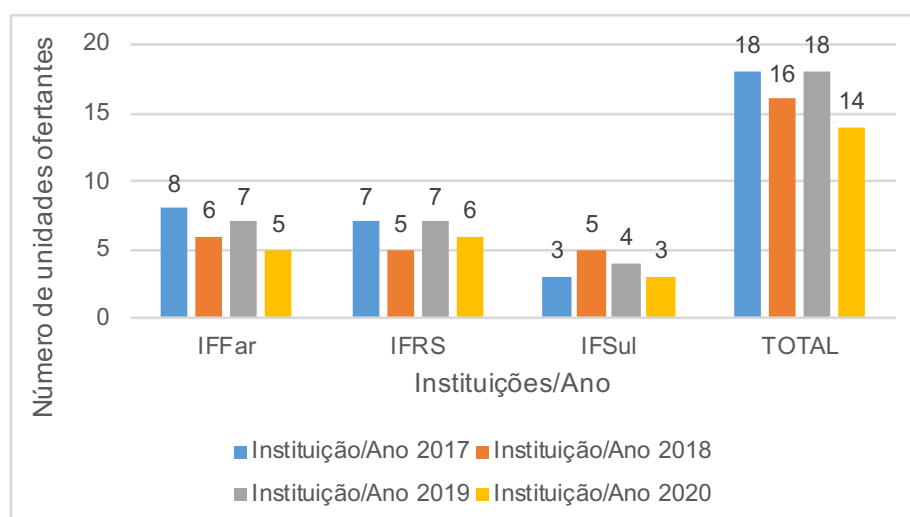
Ainda, segundo a Portaria, em seu artigo 10º, a Plataforma “é alimentada pela Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas (Revalide), a partir da qualificação dos dados coletados, inicialmente, do Sistema Nacional de Informações (SISTEC), Sistema Integrado de Administração de Recursos humanos (SIAPE) e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)”. A Plataforma é uma importante ferramenta de controle e disseminação de informações sobre políticas públicas, no intuito

de tornar mais transparente dados tão relevantes da educação profissional e tecnológica brasileira. Por meio desta importante ferramenta, foi possível encontrar inúmeras informações para o nosso objeto de estudo, que serão apresentados a seguir.

4 Resultados e discussões

Na produção de dados obtida pelo estudo realizado, em relação ao número de unidades ofertantes de cursos de EJA EPT, o IFFar apresentou, no período de 2017 a 2020, a oferta em 8, 6, 7 e 5 respectivamente. Já o IFRS apresentou, no período de 2017 a 2020, a oferta correspondente a 7, 5, 7 e 6 unidades. O IFSul apresentou, no período de 2017 a 2020, a oferta em 3, 5, 4 e 3 unidades de ensino, respectivamente. Ainda foi possível observar que o total de unidades ofertantes no espaço de tempo estudado (2017 a 2020) correspondeu a 18, 16, 18 e 14 unidades respectivamente. Essa análise pode ser melhor observada no Gráfico 1:

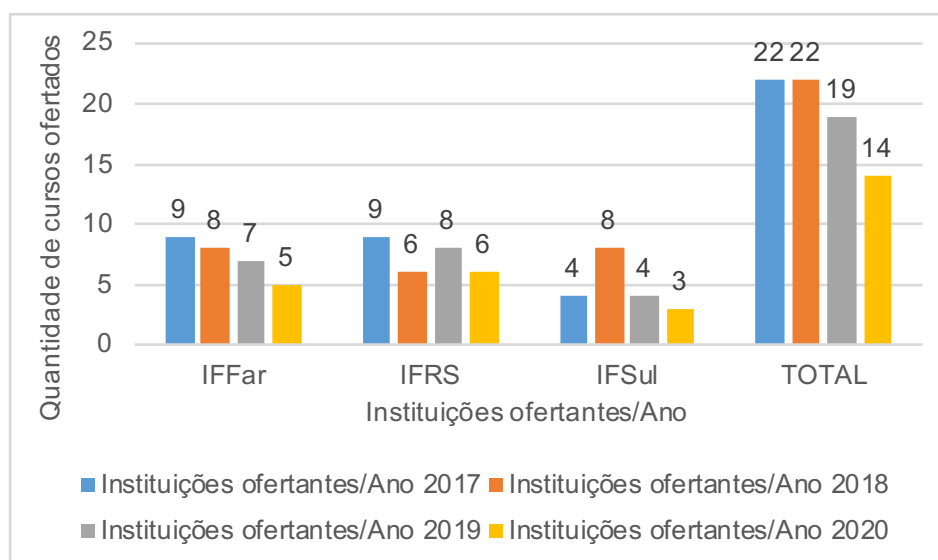
GRÁFICO 1 – Quantidade de unidades ofertantes por Instituição/Ano



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com relação à quantidade de cursos ofertados por Instituição, verificamos que o IFFar ofertou, no período de 2017 a 2020, 9, 8, 7 e 5 cursos respectivamente. Já o IFRS apresentou no mesmo período, 9, 6, 8 e 6 cursos respectivamente. O IFSul apresentou, de 2017 a 2020 a oferta de cursos correspondente a 4, 8, 4 e 3 cursos respectivamente. Novamente, do resultado obtido, o total de cursos ofertados no espaço de tempo estudado (2017 a 2020) correspondeu a 22, 22, 19 e 14 unidades respectivamente. Essa análise consta no Gráfico 2:

GRÁFICO 2 – Quantidade de cursos ofertados por Instituição/Ano

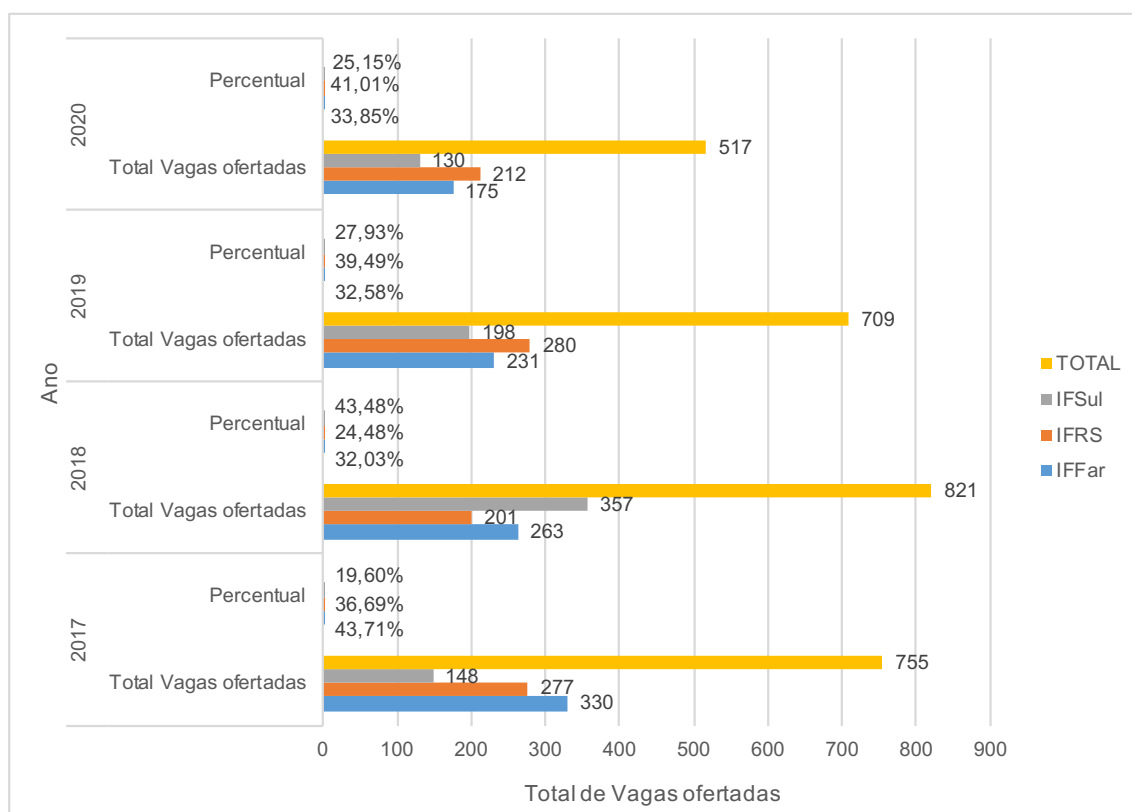


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com base nos dados produzidos decorrentes da pesquisa realizada, foi possível verificar analiticamente que no ano de 2017, o IFFar ofertou 43,71% das 775 dentre as três instituições. Para o ano de 2018, o IFSul ofertou 43,48% do total de 821 vagas. Já para os anos de 2019 e 2020, o IFRS apresentou um percentual maior dentre as outras Instituições correspondendo a 39,49% de 709 vagas e 41,01% de 517 vagas ofertadas, respectivamente. Ainda, realizando uma média aritmética no total de vagas entre 2017 até 2020, o resultado é de aproximadamente 700 vagas. Entretanto, verifica-se que

o ano de 2020 sofreu uma redução significativa quando comparado aos outros anos, conforme Gráfico 3:

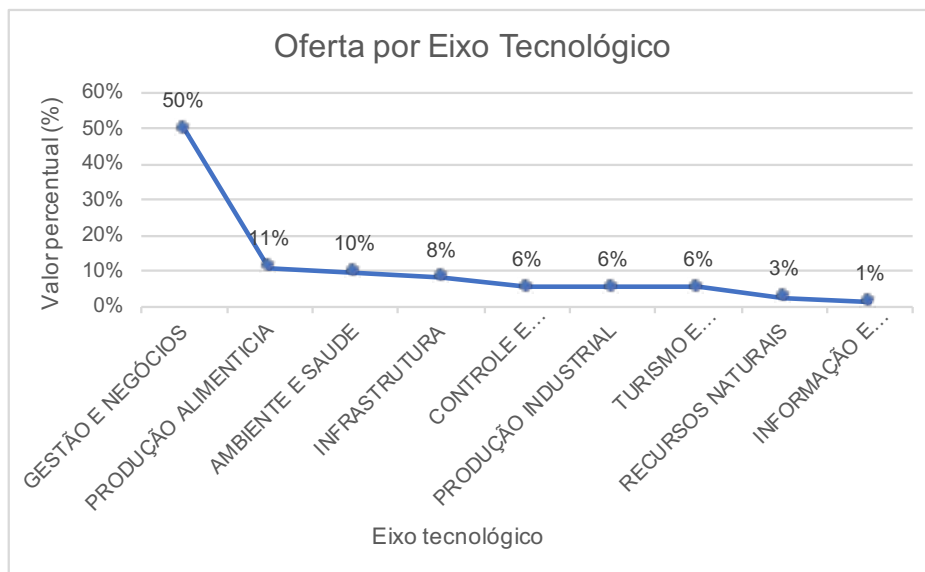
GRÁFICO 3 – Total de vagas ofertadas por Instituição de Ensino



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os cursos técnicos estão dispostos conforme os eixos tecnológicos. Assim, foi possível verificar, por meio da produção de dados, uma representatividade importante do Eixo Gestão e Negócios (50%) no total de cursos ofertados em seus respectivos eixos, seguido pelo eixo Produção, Alimentícia (11%), Ambiente e Saúde (10%), Infraestrutura (8%), Controle e Processos Industriais, Produção Industrial e Turismo e Hospitalidade com percentuais iguais cada (6%), Recursos Naturais (3%) e Informação e Comunicação (1%) conforme Gráfico 4.

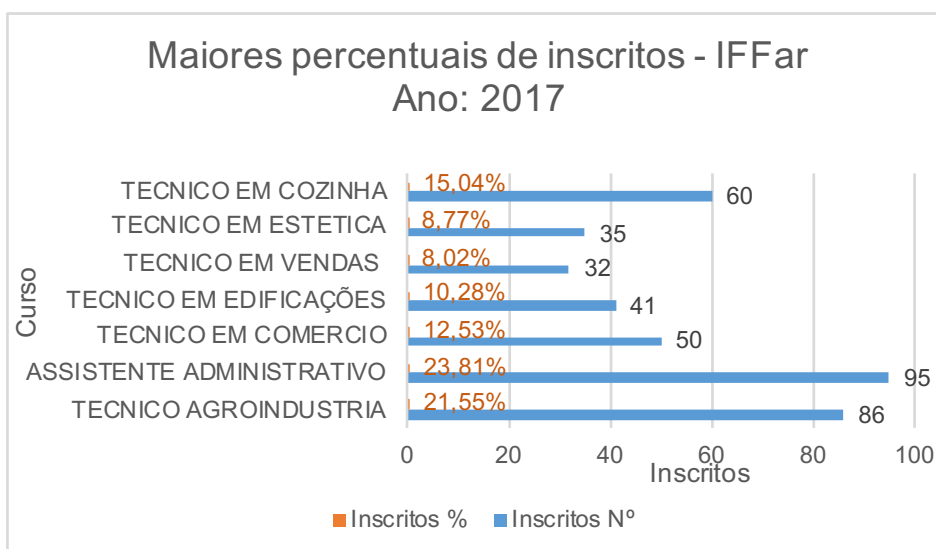
GRÁFICO 4 – Oferta por Eixo Tecnológico



Fonte: Elaborado pelas autoras.

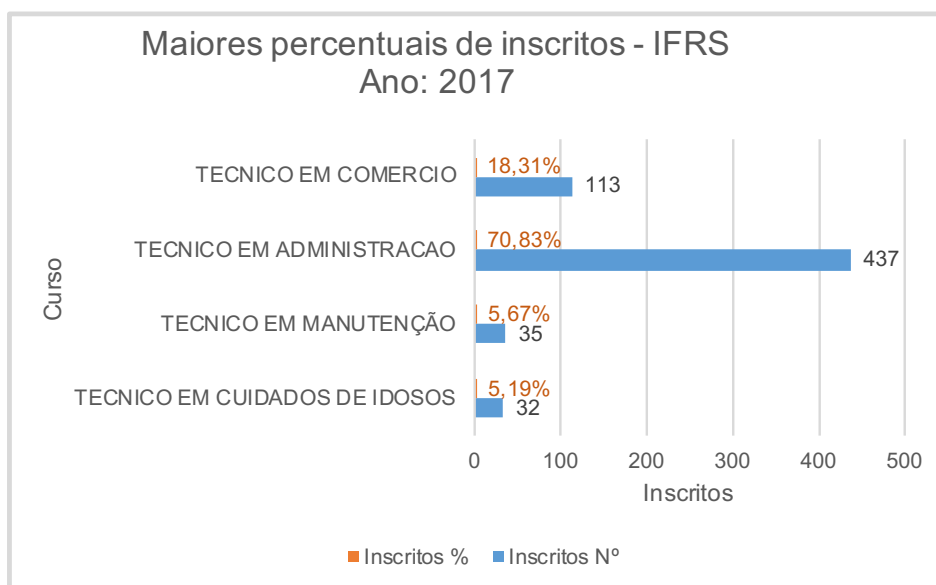
Analisando as ofertas de vagas para o ano de 2017, verifica-se que o curso Técnico em Administração possui maiores índices de inscrição em duas Instituições: IFRS e IFSul, alcançando os percentuais de 70,83% e 59,24%, respectivamente. Já o curso Assistente Administrativo possui maiores percentuais de inscritos para o IFFar, correspondendo a 23,81%, conforme Gráficos 5, 6 e 7.

GRÁFICO 5 – Maiores percentuais de inscritos IFFar – Ano: 2017



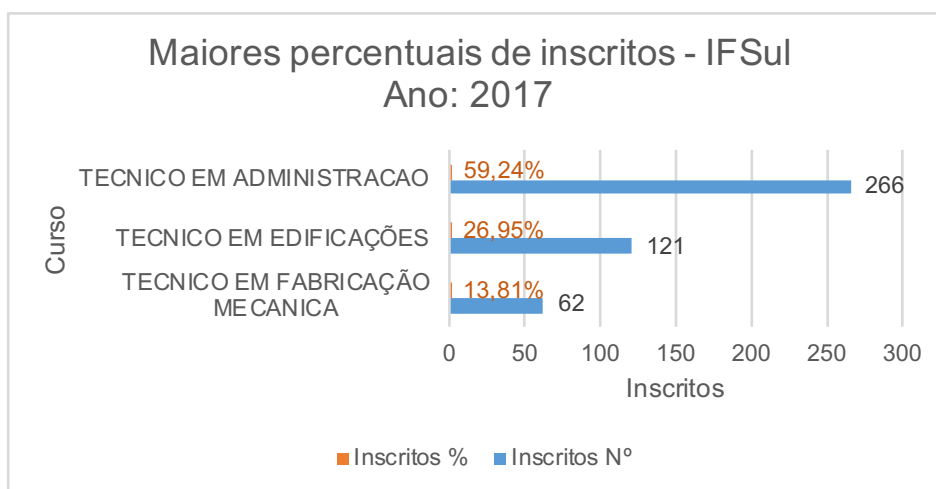
Fonte: Elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 6 – Maiores percentuais de inscritos IFRS – Ano: 2017



Fonte: Elaborado pelas autoras.

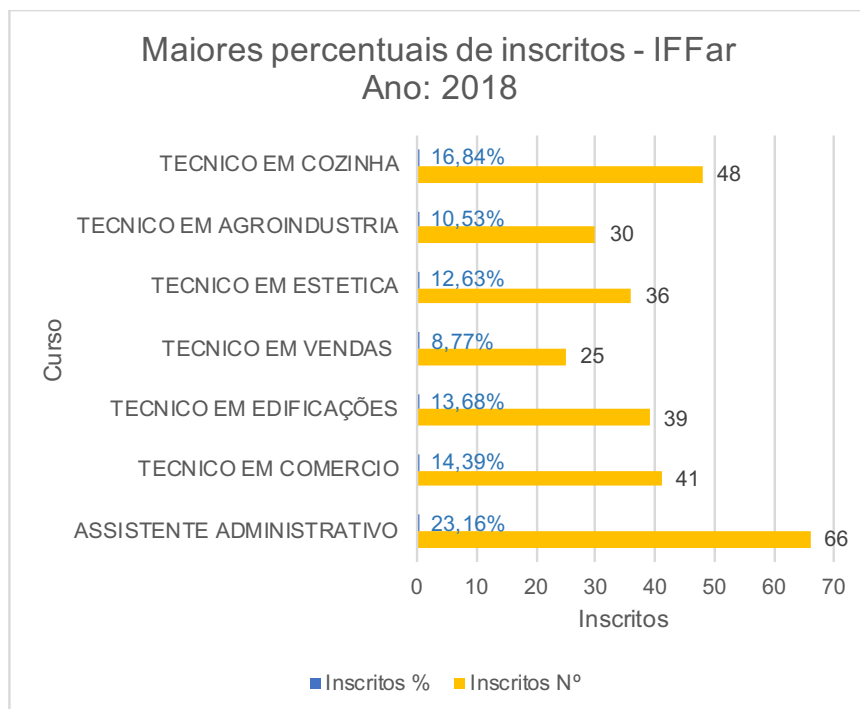
GRÁFICO 7 – Maiores percentuais de inscritos IFSul – Ano: 2017



Fonte: Elaborado pelas autoras.

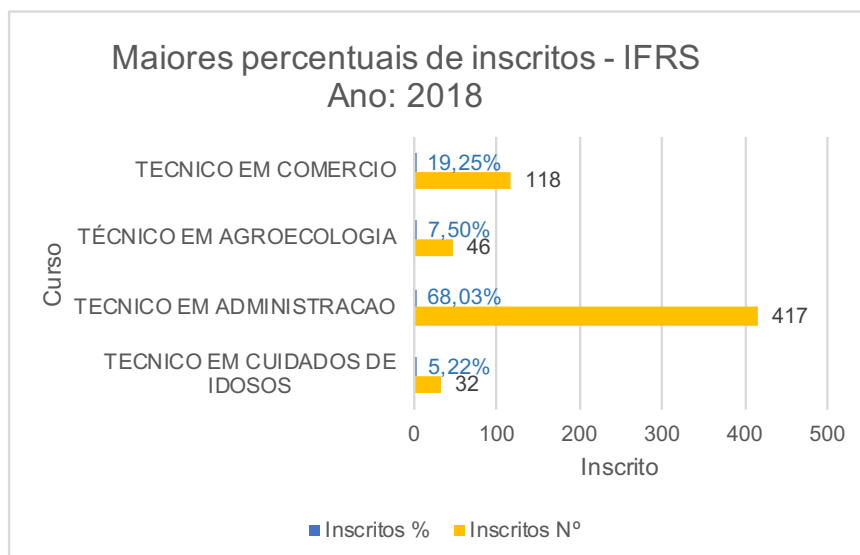
Nas ofertas de vagas para o ano de 2018, o Técnico em Administração permaneceu com maiores índices de inscrição nas mesmas Instituições IFRS e IFSul, alcançando os percentuais de 68,03% e 43,56%, respectivamente. Já o curso Assistente Administrativo possui maiores percentuais de inscritos para o IFFar correspondendo a 23,16%, conforme Gráficos 8, 9 e 10.

GRÁFICO 8 – Maiores percentuais de inscritos IFFar – Ano: 2018



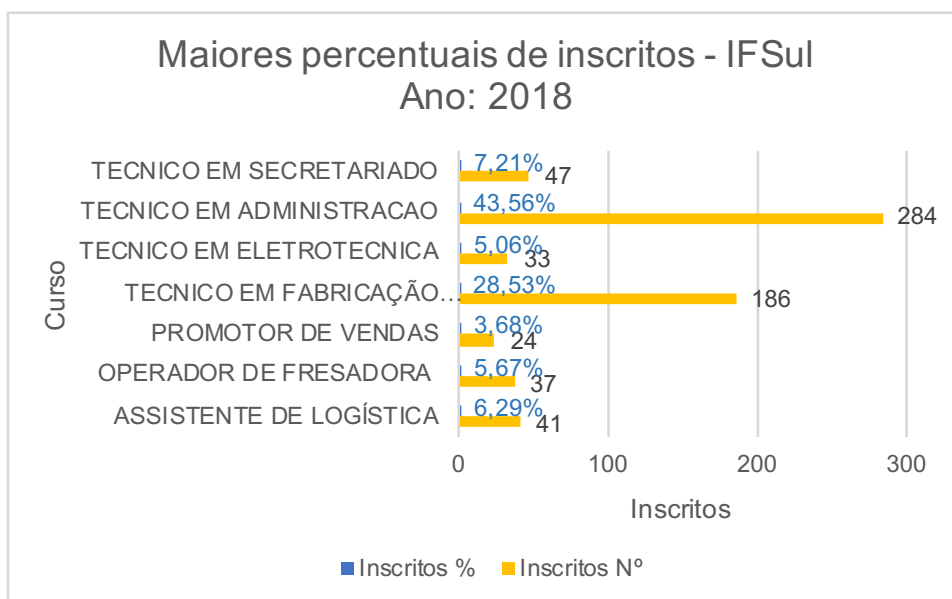
Fonte: Elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 9 – Maiores percentuais de inscritos IFRS – Ano: 2018



Fonte: Elaborado pelas autoras.

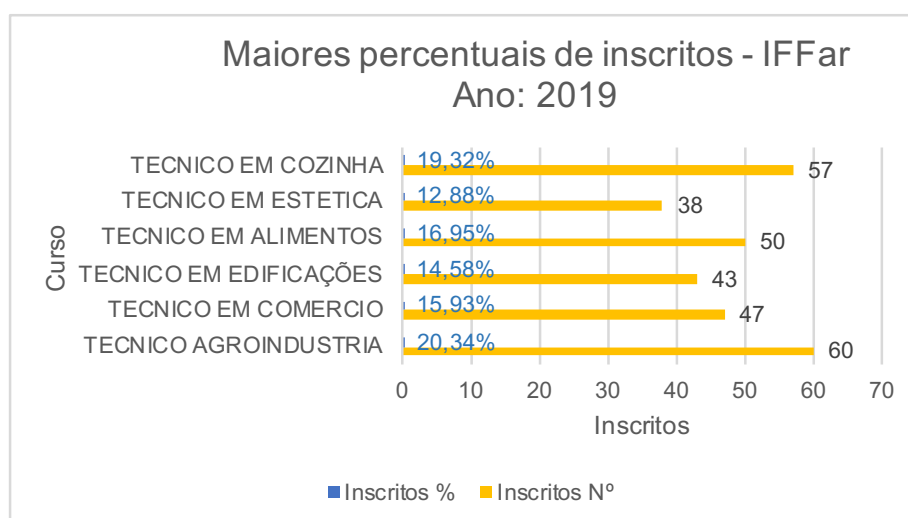
GRÁFICO 10 – Maiores percentuais de inscritos IFSul – Ano: 2018



Fonte: Elaborado pelas autoras.

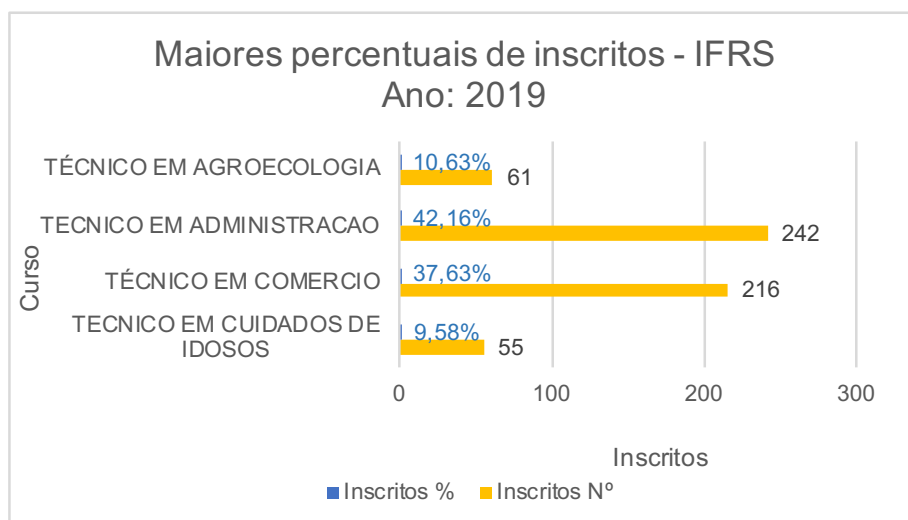
Para as ofertas de vagas para o ano de 2019, o Técnico em Administração permaneceu com maiores índices de inscrição nas mesmas Instituições IFRS e IFSul, alcançando os percentuais de 42,16% e 55,09%, respectivamente. Já o curso Técnico em Agroindústria possui maiores percentuais de inscritos para o IFFar, correspondendo a 20,34%, conforme Gráficos 11, 12 e 13.

GRÁFICO 11 – Maiores percentuais de inscritos IFFar – Ano: 2019



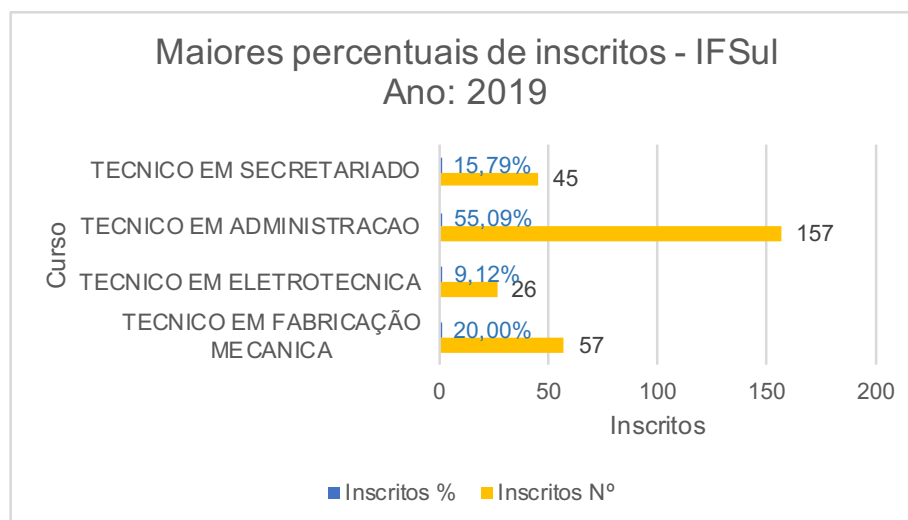
Fonte: Elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 12 – Maiores percentuais de inscritos IFRS – Ano: 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras.

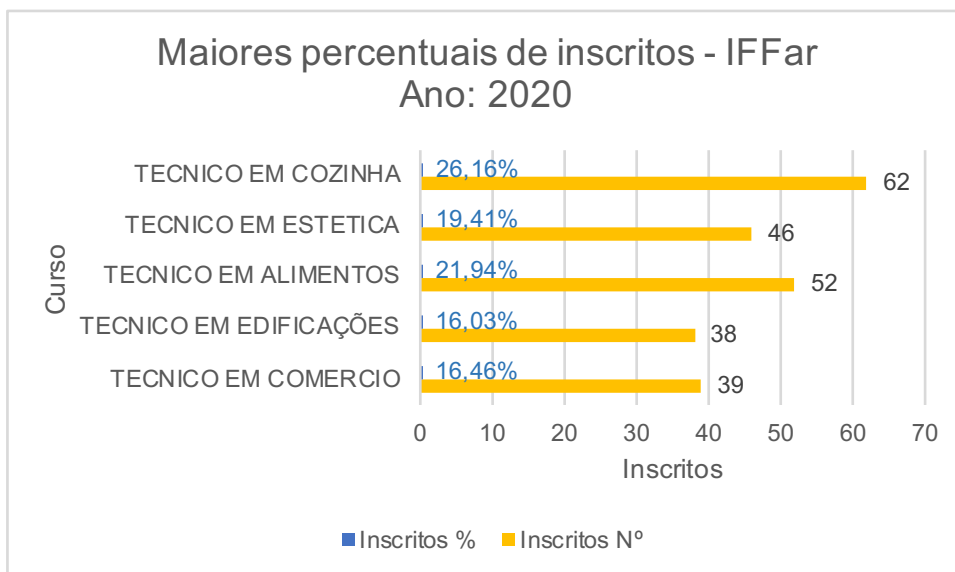
GRÁFICO 13 – Maiores percentuais de inscritos IFSul – Ano: 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras.

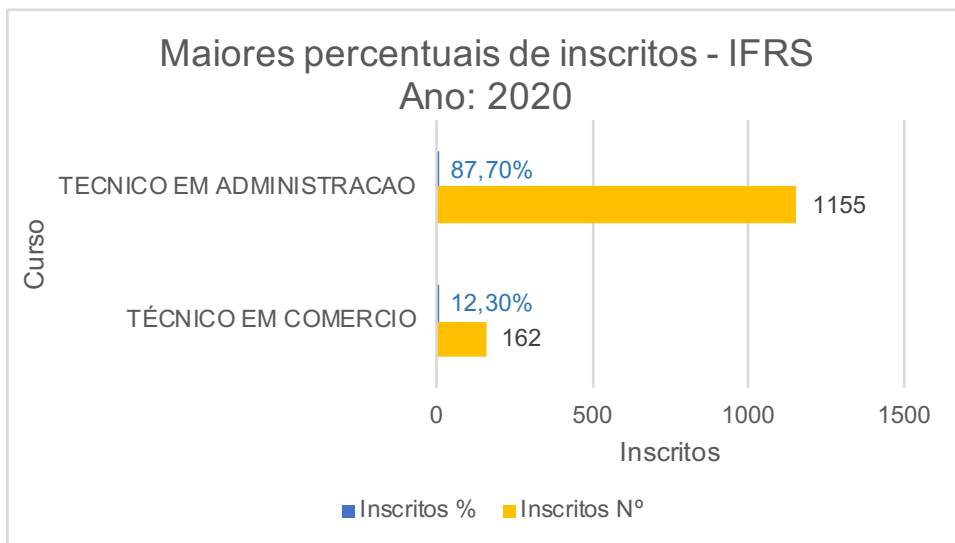
Nas ofertas de vagas para o ano de 2020, o Técnico em Administração permaneceu com maiores índices de inscrição nas mesmas Instituições IFRS e IFSul, alcançando os percentuais de 87,70% e 44,25%, respectivamente. O curso Técnico em Cozinha manteve-se como curso com maiores percentuais de inscritos para o IFFar, correspondendo a 26,16%, conforme Gráficos 14,15 e 16.

GRÁFICO 14 – Maiores percentuais de inscritos IFFar – Ano: 2020



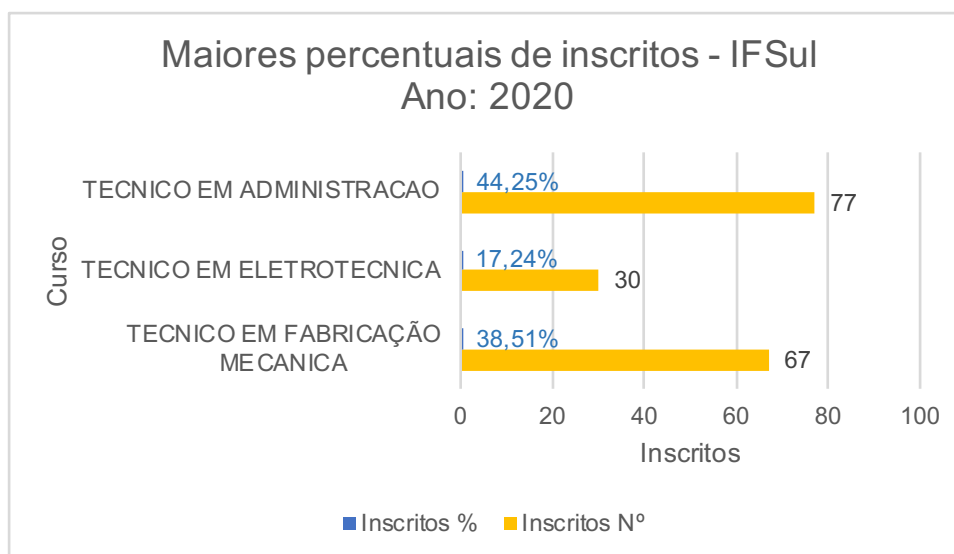
Fonte: Elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 15 – Maiores percentuais de inscritos IFRS – Ano: 2020



Fonte: Elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 16 – Maiores percentuais de inscritos IFSul – Ano: 2020



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para finalizar, importante ressaltar que, no CNCT (2020,4ª edição), o eixo Gestão e Negócios está assim descrito:

Compreende tecnologias de suporte e de melhoria da organização da produção e do trabalho de empreendimentos nas rotinas administrativas de comercialização, controle contábil, gestão da qualidade, gestão de pessoas, gestão financeira, logística e marketing. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos, estatística e raciocínio lógico, línguas estrangeiras, ciência e tecnologia, tecnologias sociais e empreendedorismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional. (BRASIL, 2020).

5 Considerações Finais

Com o objetivo de analisar o número de vagas ofertadas para a EJA EPT por ano nas instituições públicas federais do RS (IFFar, IFRS e IFSul) e verificar quais eixos tecnológicos e cursos obtiveram mais inscrições, após a realização deste estudo, será possível apresentar as reflexões e os resultados obtidos.

Os dados que constam na PNP contemplam a oferta de cursos para EJA EPT. Por meio desses dados, foi possível constatar uma significativa diminuição na oferta de cursos no ano de 2020. Nos 3 anos anteriores, a oferta permaneceu praticamente sem grandes alterações. Essa variação expressiva em 2020 precisa ser investigada, a fim de que consigamos manter a oferta da EJA EPT e, por conseguinte, a oferta de qualificação para jovens e adultos. Ao se refletir sobre a oferta de EJA, em especial de EJA EPT nas instituições públicas nacionais e se pensar além da oferta, mas também na importância de políticas de permanência e êxito destes alunos, dá-se conta que a EJA, enquanto política pública, ainda é pouco incentivada, permanecendo, por vezes, como política de governo e não como política de estado. Por esse motivo, ainda se percebe necessário manter vigilância em prol dessa:

Observa-se uma descontinuidade nas políticas [...] isso porque, no Brasil, como já ressaltado anteriormente, há uma ausência de uma política nacional de educação, uma política que deveria ser construída por um conjunto de sociedade” (Maraschin, 2015, p.30).

Outro dado que merece destaque é a evidência do eixo Gestão e Negócios em todo o estudo para o número de inscritos. Verifica-se que existe uma procura por essa qualificação e, em específico, para os cursos técnicos em administração e assistente em administração (anos de 2017 a 2018) nas três Instituições analisadas. Alguns cursos possuem maior constância nas ofertas. Áreas relacionadas ao eixo de Gestão e negócios prevalecem em todo o período estudado. A abrangência do referido eixo oferece ao concluinte uma gama de oportunidades profissionais. Essa relação de várias possibilidades pode estar relacionada aos maiores percentuais de inscrições.

Portanto, conclui-se que a oferta e a procura de cursos da EJA EPT apresentam variações entre instituições e eixos. Essa constatação pode estar relacionada a aspectos ligados à economia local e à diversidade regional, pois cada instituição de ensino está inserida geograficamente em diferentes sítios,

apresentando-se, assim, realidades e necessidades distintas como o estudo aponta. O entendimento de cada realidade perpassa pelo estudo a fim de fortalecer essa modalidade de ensino que tantos ganhos traz ao estudante trabalhador, afinal como nos diz Maraschin (2015, p.287) “São as experiências, as ações dos sujeitos, as relações, a trajetória de cada grupo que constroem a práxis pedagógica e possibilitam as transformações dos estudantes”.

Em se falando desse público tão necessitado de políticas públicas em prol de sua educação e de seu desenvolvimento, além da consonância com as demandas que se apresentam, é imprescindível a oferta de cursos de EJA EPT nas instituições de educação profissional e tecnológica no RS, a fim de compreender as mais variadas nuances em termos de oferta e procura dos mesmos, corroborando com o que trazíamos no início deste estudo, quando afirmamos que a efetivação de políticas de EJA, em especial a integrada à educação profissional e tecnológica é agente transformador na vida desses estudantes trabalhadores.

Referências

ANDRIGHETTO, Marcos José; MARASCHIN, Mariglei Severo; FERREIRA, Liliana Soares Políticas de EJA EPT no Brasil: ascensão, estagnação e silenciamento. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 3, p. 2179-2198, jul./set. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i3.13544>.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020**. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, DF. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=63>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Decreto 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF. 2014.

BRASIL. **Portaria nº 1 de 03 de janeiro de 2018**. Institui a Plataforma Nilo Peçanha. Brasília, DF. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1590412/do1-2018-01-04-portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408. Acesso em: 10 nov.2021

IFFar. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/a-instituição>. Acesso em: 03 dez 2021.

IFRS. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/institucional/teste/>. Acesso em: 03 dez 2021.

IFsul. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/historico> . Acesso em: 03 dez 2021.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. São Paulo: Editora Paco Editorial, 2016.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Trabalho Pedagógico na Educação Profissional: o Proeja entre disputas, políticas e experiências**. Curitiba: Appris, 2019.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Dialética das disputas: trabalho Pedagógico a Serviço da Classe Trabalhadora?** 2015. 319 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MARASCHIN, Mariglei Severo e FERREIRA, Liliana Soares. A Política de Educação de Adultos Integrada à Educação Profissional no Brasil: das Políticas às Práticas. **Holos**. v.3. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9553>. Acesso em: 05 ago. 2021.

RIBEIRO. Maria de Fátima Queiroz. Novas propostas, velhos princípios: inserção de adolescentes no trabalho promovida por instituições assistenciais. *In*: FILGUEIRAS. Cristiana Almeida Cunha. MEDEIROS. Regina (org.). **Jovens, trabalho e políticas públicas: anseios e desafios**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2016, p.167-188.

SAMPAIO, Rosana Ferreira, MANCINI, Marisa Cota. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**.v.11 n.1. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rbfs/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2022.